



SENADO FEDERAL
Secretaria de Tecnologia da Informação – Prodasen
Coordenação de Atendimento – COATEN
Serviço de Apoio Administrativo da COATEN- SEAATE

Despacho nº 32/2025 PRDSTI/COATEN/SEAATE

Referente ao Processo nº 00200.013521/2020

Em 17 de junho de 2025

Assunto: Respostas aos questionamentos feitos pela COATC por meio de Notas ao longo da minuta de edital e às recomendações feitas pela COPEL, referentes à contratação de solução integrada para uso dos equipamentos CTPs da SEGRAF.

À Coordenação de Apoio Técnico a Contratações – COATC/SADCON,

Em atenção ao Ofício nº 374/2025 – COATC/SADCON, informamos que, após análise das notas ao órgão técnico que constam da minuta de edital e das recomendações feitas pela COPEL, foram promovidos os devidos ajustes no Termo de Referência (TR), resultando em nova versão do documento (NUP 00100.109107/2025-51).

A fim de facilitar a conferência das alterações realizadas, anexamos a este despacho a Tabela de Alterações, contendo o resumo dos ajustes efetuados, os itens modificados e as respectivas justificativas.

Informamos, ainda, que os documentos solicitados — nova versão do TR com as alterações destacadas e tabela resumo — foram enviados para o e-mail coatc@senado.leg.br, conforme solicitado.

Dessa forma, submetemos os presentes autos para continuidade da instrução processual.

Atenciosamente,

(Assinado eletronicamente)
Marcus Vinícius da Silva Amaral
Chefe do SEAATE/COATEN/PRDSTI/DGER



Ofício nº 374/2025 – COATC/SADCON

Processo nº 00200.013521/2020-22

Respostas às NOTA TÉCNICAS – COATC e Recomendações da COPEL

NOTA/Recomendação	Item do TR alterado	Ajuste realizado	Justificativa, se for o caso
NOTA COATC nº 1			
Consta nos autos versão preliminar do Mapa de Riscos, no entanto, entende-se recomendável avaliar a necessidade de atualização do documento com as informações levantadas no curso do planejamento da contratação em tela, mormente quanto aos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, em cumprimento ao inciso X, do art. 18, da Lei nº 14.133/21 c/c art. 15, ADG nº 14/22, ou apresentar justificativa para sua desnecessidade, consoante reiteradas recomendações da ADVOSF		Mapa de Riscos atualizado e anexado ao Processo 00200.013521/2020-22 com o NUP 00100.088974/2025-4	
NOTA COATC nº 2			
Como esta contratação tem o critério de julgamento e adjudicação definido como “menor preço global”, pede-se que sejam retiradas do TR às menções a “Grupo 1”, já que não haverá grupos definido neste certame.	8.3.1 8.3.1.14 8.3.2 8.3.3 8.3.3.1.9. 8.3.4 8.3.4.1.2. 8.3.6	Retirado o nome Grupo 1 Substituído SEPDIG por SEPIND Retirado o nome Grupo 1 Retirado o nome Grupo 1 Substituída a sigla SEPDIG por SEPIND Retirado o nome Grupo 1 Substituída a SIGLA SEPDIG por SEPIND	

	<p>8.3.6.4 8.3.6.5.3 8.3.6.5.6. 8.3.7 Anexo I</p> <p>Anexo II</p> <p>Anexo II</p>	<p>Retirado nome Grupo 1 Retirado o nome Grupo 1 Retirado o nome Grupo 1 Substituída a sigla SEPDIG por SEPIND Retirado nome Grupo 1 Excluída a primeira linha da tabela “1. Especificações técnicas do objeto”, “1.1. Os itens deverão atender aos seguintes requisitos:” Excluída a primeira linha da tabela “1. Valor estimado da contratação” Retirada a menção a expressão: “Grupo nº 1” do texto da última linha da tabela “1. Valor estimado da contratação”</p>	
NOTA COATC nº 3			
Considerando que foram citadas as siglas de vários órgãos da estrutura da SEGRAF e do PRODASEN, optou-se por criar um Anexo 7 com a sigla e nome por extenso desses órgãos, para informação das licitantes. Dito isso, pede-se confirmar se houve alteração na nomenclatura do SEPDIG - Serviço de Processamento Digital, órgão da estrutura da SEGRAF, conforme consta no TR, pois este serviço não foi localizado ao realizar busca livre na intranet. Aparentemente houve, após a elaboração do TR, reforma administrativa na SEGRAF que culminou em mudança de nome de setores ou mesmo criação e	1.2.1.	<p>De fato, houve, após a elaboração do TR, reforma administrativa que alterou os nomes de alguns setores do Senado. O SEPDIG foi extinto e suas atribuições incorporadas pelo SEPIND.</p> <p>Trecho excluído: “Dentro do contexto das operações da gráfica, dois serviços desempenham papéis essenciais, cada um contribuindo para uma etapa específica do processo de produção:</p> <p>Serviço de Programação Industrial (SEPIND): O SEPIND tem como objetivo primordial a programação</p>	

<p>extinção de outros. Diante disso, pedimos confirmar se todas as siglas e nomes dos órgãos internos do SENADO citados no TR estão adequados e atuais</p>	<p>e organização da produção. Com base na singularidade de cada ordem de serviço, esse serviço busca métodos mais eficientes e produtivos. Sua responsabilidade central reside em definir a maneira como a produção será estruturada, visando otimizar a utilização dos recursos e garantir uma abordagem econômica na execução das tarefas. (Grifo nosso)</p> <p>Serviço de Processamento Digital (SEPDIG): O SEPDIG assume um papel fundamental na fase de preparação e execução da produção. Suas atribuições englobam várias etapas técnicas, incluindo a análise dos arquivos a serem impressos e a realização dos ajustes necessários para assegurar uma produção correta. Além disso, o SEPDIG implementa a programação definida pelo SEPIND, o que envolve a disposição das páginas de acordo com os formatos e tipos de impressão estipulados, sejam eles digitais ou offset. Um papel crucial desse serviço é a produção das chapas utilizadas no processo de</p>	
--	---	--

		<p>impressão offset. Adicionalmente, o SEPDIG supervisiona o gerenciamento das cores dos trabalhos impressos na gráfica, garantindo que sejam mantidas padronizadas e previsíveis, assegurando assim a qualidade visual e estética dos resultados. (Adaptado, grifo nosso).</p> <p>Novo trecho: “Dentro do contexto das operações da gráfica, destaca-se o papel estratégico do Serviço de Programação Industrial (SEPIND), unidade integrante da Coordenação de Impressão (COIMPRE).</p> <p>O SEPIND é responsável por programar e organizar toda a produção industrial da gráfica, abrangendo as etapas de processamento digital, impressão e acabamento. Com base na natureza específica de cada ordem de serviço, cabe ao SEPIND estabelecer a interação entre as unidades de produção gráfica, definindo os métodos mais eficientes e compatíveis com os recursos disponíveis, de modo</p>	
--	--	---	--

		<p>a garantir economicidade, qualidade e produtividade.</p> <p>Entre suas atribuições específicas estão:</p> <ul style="list-style-type: none">• a requisição de papel necessário à execução dos trabalhos;• a conferência eletrônica de imagens e arquivos PDF;• a gravação de chapas para impressão offset;• os ajustes técnicos de CTP (Computer to Plate);• o gerenciamento de cores, assegurando a fidelidade e padronização visual dos produtos gráficos. <p>O SEPIND também responde pela execução das atividades técnicas anteriormente atribuídas ao extinto Serviço de Processamento Digital, atuando diretamente na preparação dos arquivos de impressão, no controle da qualidade técnica dos insumos digitais e na implementação dos parâmetros definidos na programação industrial.</p>	
--	--	---	--

	8.3.1.14	<p>Dessa forma, o SEPIND assume um papel integrado e essencial na cadeia produtiva da gráfica, articulando o planejamento com a execução, desde a recepção dos arquivos digitais até a entrega dos insumos prontos para impressão, conforme orientações da Coordenação de Impressão – COIMPRE</p>	
	8.3.3.1.9	<p>8.3.1.14. A instalação e configuração do software Equios (módulo servidor) serão feitas nos servidores instalados na sala cofre do Prodasen, por prestador de serviço credenciado pela Contratada, devidamente acompanhado por colaborador autorizado da COINTI/PRODASEN. A instalação e configuração do software Equios (módulo cliente) nas estações de trabalho, bem como a instalação das interfaces de rede nas impressoras CTP, deverão ser realizadas nas dependências do Serviço de Programação Industrial (SEPIND) da SEGRAF, com o acompanhamento do fiscal requisitante.</p>	

	8.3.4.1.2.	“do Serviço de Processamento Digital (SEPDIG) da SEGRAF”. Novo trecho:	
	8.3.6.5.1	“Serviço de Programação Industrial (SEPIND) da SEGRAF. Trecho substituído: “na SEPDIG/SEGRAF”. Novo trecho: “na SEPIND/SEGRAF”.	
	8.3.6.5.6	Trecho substituído: “na SEPDIG/SEGRAF”. Novo trecho: “na SEPIND/SEGRAF”.	
	Anexo I, tabela: “Especificações Técnicas do Objeto, item 5, Treinamento Operacional, subitem 4.	Trecho excluído: “no Serviço de Processamento Digital - SEPDIG e”. Trecho substituído: “Processamento Digital – SEPDIG”. Novo trecho: “Programação Industrial – SEPIND”. Trecho substituído: “Nas dependências do Senado, dentro do Serviço de Processamento Digital – SEPDIG, utilizando-se os softwares e equipamentos adquiridos na presente contratação”. Novo trecho: “4. Nas dependências do Senado, dentro do Serviço de Programação Industrial – SEPIND, utilizando-se os softwares e equipamentos adquiri	

		dos na presente contratação.	
		Todas as siglas e nomes dos órgãos internos do SENADO citados no TR estão adequados e atuais.	
NOTA COATC nº 4			
Tendo em vista o disposto no item 1.2.1.2.2 do TR, pede-se informar se esta contratação é dependente da contratação prevista no processo 00200.004603/2023. Caso seja, é necessário que aquele processo seja publicado antes deste, necessariamente ou devem ter sua instrução feita de forma totalmente independente?	1.2.1.2.2	<p>Os servidores (computadores) a serem utilizados pela solução, objeto desta contratação, já existem e serão disponibilizados pela Coordenação de Infraestrutura de Tecnologia da Informação (COINTI), do Prodasen, o qual será responsável por sua configuração e gestão. Logo, o trecho que menciona uma possível dependência da contratação de servidores no processo 00200.004603/2023 foi readequado:</p> <p>Texto anterior: “Os servidores físicos serão instalados no rack de servidores da sala cofre do Prodasen e serão adquiridos pela contratação nº 20230241 – servidores de rack, Processo NUP 00200.004603/2023, a qual inclui garantia técnica do fabricante por 60 (sessenta) meses para os servidores, cuja gestão será feita pela COINTI/PRODASEN, demandante dessa contratação”.</p>	

		<p>Texto ajustado: “1.2.1.2.2. Equipamentos servidores físicos (duas unidades), com a parte "servidor" da solução instalada, para receber as demandas de impressão dos "clientes", via interface específica ethernet (duas unidades a serem instaladas nas duas impressoras CTP, localizadas na SEGRAF) compatível com a rede e padrões de computadores do Senado Federal. Os servidores físicos; serão disponibilizados pela COINTI/PRODASEN para atender a solução, objeto desta contratação. Eles estão instalados nos racks da sala cofre do Prodaseen e serão devidamente preparados e configurados para ficarem dedicados à referida solução. A COINTI/PRODASEN será a gestora desses equipamentos, sendo responsável pelo seu pleno funcionamento.</p>	
NOTA COATC nº 5			

<p>Com a Lei 14.133/2021, alterou-se o entendimento em relação às vistorias facultativas nos editais licitatórios. Se antes a faculdade de facultar a vistoria era desejável, agora só deve ser mantida caso conste no TR a imprescindibilidade da vistoria para a contratação (§2º do art. 63). Pelo novo entendimento, o TR / Edital deve conter todas as informações necessárias ao entendimento do objeto pelas licitantes, permitindo que essas elaborem suas propostas. Assim, para que faculdade de realização de vistoria prévia seja mantida para esta contratação, deve o PRODASEN avaliar a necessidade da vistoria e justificar sua imprescindibilidade no Termo de Referência ou, alternativamente, retirar todas as menções à vistoria do TR, caso a vistoria possa ser dispensada. Observação: Caso a vistoria seja dispensável, posteriormente a COATC fará a exclusão deste Capítulo e a renumeração dos demais Capítulos do edital e retirará o Anexo 5, onde constam os modelos para esse procedimento. Cabe acrescentar ainda que, conforme entendimento da Advocacia, é necessário incluir no TR, justificativa para a não previsão de vistoria também “para que seja possível responder às licitantes eventual negativa de vistoria”</p>	<p>3.1.1.1</p>	<p>Após consulta ao setor demandante e de acordo com a natureza e peculiaridades do objeto desta contratação, assim como do ambiente em que deverá ser instalado, será mantida a necessidade de vistoria e facultada ao licitante a sua realização. Foi inserido no TR o item 3.1.1.1 com a respectiva justificativa para a imprescindibilidade da vistoria para a contratação em tela.</p> <p>3.1.1.1. A realização de vistoria técnica prévia nas instalações da gráfica do Senado Federal é considerada imprescindível para a presente contratação, tendo em vista as particularidades técnicas da solução a ser fornecida e instalada, bem como os riscos associados à sua execução inadequada.</p> <p>A contratação envolve uma solução integrada de software e hardware para operação de impressoras CTP (Computer to Plate) com arquitetura específica já instalada e em pleno funcionamento, cujas interfaces físicas, cabeamentos, conexões de rede, estrutura de racks e ambiente técnico de instalação não podem ser</p>	
--	----------------	---	--

<p>(Parecer ADVOSF nº 90/2024 - documento 00100.018955/2024-71)</p>		<p>plenamente compreendidos apenas por meio da descrição técnica constante no Termo de Referência.</p> <p>A visita técnica permite que as licitantes:</p> <ul style="list-style-type: none">• verifiquem in loco as características físicas e lógicas das impressoras CTP já instaladas, inclusive as interfaces proprietárias de comunicação a serem fornecidas de acordo com os requisitos dessa contratação;• analisem as condições de infraestrutura da sala de instalação dos servidores, incluindo espaço disponível em racks, tipo de cabeamento e conexões, pontos de rede, alimentação elétrica e ventilação;• identifiquem restrições ambientais e operacionais não capturadas nos documentos descritivos, como limitações de acesso físico, mobilidade de equipamentos e rotinas de operação que impactam	
---	--	--	--

		<p>diretamente na logística da implantação;</p> <ul style="list-style-type: none">• planejem adequadamente o fornecimento e instalação da solução, de modo a garantir a compatibilidade e a integridade do sistema, evitando riscos de inoperância parcial ou total. <p>Nesse contexto, a vistoria técnica é fundamental para assegurar o pleno entendimento do objeto pelas licitantes, reduzir assimetrias de informação, evitar falhas de execução, retrabalho e litígios contratuais, bem como para preservar a continuidade dos serviços gráficos essenciais à atividade legislativa e administrativa da Casa.</p> <p>Dessa forma, nos termos do §2º do art. 63 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de vistoria técnica revela-se adequada e justificada, tendo em vista a natureza e as especificidades do objeto, bem como a necessidade de proporcionar às licitantes pleno conhecimento das condições reais do ambiente de instalação e operação da solução a ser contratada. Ressalta-se que a</p>	
--	--	---	--

		realização da vistoria é facultativa, transferindo-se à licitante a responsabilidade pela decisão de realizá-la ou não.	
NOTA COATC nº 6			
Pede-se que o OT altere o item 3.1.9 do TR, para constar a redação destacada em amarelo, que está sendo adotada atualmente.	3.1.9	Texto ajustado: “3.1.9. O Termo de Vistoria ou a Declaração de Dispensa de Vistoria deverá ser apresentada junto com a documentação de habilitação. A não apresentação dos mencionados documentos implica aceitação geral e irrestrita por parte da licitante das especificações e condições do objeto licitado e de sua plena execução.”	
NOTA COATC nº 7			
Pede-se avaliar a alteração proposta e, se for o caso, fazer o ajuste no item 7.1.6 do TR.		<p>Substituído o termo “legais” por “normativos”:</p> <p>7.1.6. Obedecer rigorosamente a todas as normas e procedimentos de segurança adotados pela contratante, bem como de uso de recursos de informática, implementados no ambiente de TI do contratante. As normas e procedimentos estão contemplados nos seguintes textos legaisnormativos:</p>	
NOTA COATC nº 8			

Pede-se confirmar se a reunião de alinhamento será mesmo feita por videoconferência, pois no item 8.1 do TR, consta que "a critério do SENADO, poderá ser realizada por videoconferência		A reunião de alinhamento será feita por videoconferência.	
NOTA COATC nº 9			
Considerando que a aquisição dos servidores não será feita por meio desta contratação, mas sim da prevista no processo 00200.004603/2023, sugere-se que o PRODASEN faça o respectivo ajuste na redação do TR, itens 8.3.1.11, dentre outros, que cite esses novos servidores que serão adquiridos. Destacou-se em amarelo, nesta Cláusula, as citações a esses equipamentos, para melhor visualização pelo OT. Caso a contratação em tela seja dependente da contratação dos servidores, pede-se informar se devemos aguardar a publicação daquele certame para que seja feita a divulgação desta, conforme Nota ao Órgão Técnico 4.	8.3.1.11	<p>Como dito na nota COATC nº 4, os servidores físicos já existem e serão disponibilizados pela COINTI/PRODASEN, sem a necessidade de aguardar a contratação prevista no processo nº 00200.004603/2023. Logo, a contratação em tela não é dependente da contratação dos servidores.</p> <p>Texto ajustado: “8.3.1.11. A Coordenação de Infraestrutura de TI do ProdaseN disponibilizará 2 (dois) servidores físicos já existentes e instalados no Data Center do PRODASEN (sala cofre), os quais ficarão dedicados ao atendimento da solução, objeto desta contratação, assim como a instalação do sistema operacional Windows Server 2022 nesses servidores, a configuração do acesso à internet dos servidores, a configuração da rede interna do Senado para permitir a comunicação entre impressoras e servidores, e</p>	

	8.3.1.13	<p>disponibilizará o acesso aos servidores para a Contratada fazer a instalação do software Equios. Em até 3 (três) dias úteis, a partir da disponibilização dos servidores, devidamente configurados, a COINTI/PRODASEN comunicará a Contratada, por meio do SERMAN/PRODASEN, para proceder, em dia e hora previamente agendados, a instalação e configuração das interfaces de rede nas impressoras CTP na SEGRAF e do software Equios nos servidores na sala cofre e nas estações de trabalho na SEGRAF;</p> <p>8.3.1.13. A Coordenação de Infraestrutura de TI do Prodaseen (COINTI) habilitará a rede do Senado Federal para estar apta a receber a conexão das interfaces de rede com os servidores dedicados, instalados na sala cofre do Prodaseen pela COINTI;</p> <p>Não foram encontrados outros itens no TR em que o texto esteja conflitante com esses ajustes.</p>	
NOTA COATC nº 10			
O texto deste parágrafo foi construído a partir do disposto nos itens 8.3.1.17 e 8.3.8 do TR. Pede-se ao PRODASEN para avaliar a		O Prodaseen ratifica a redação proposta na minuta de Edital a partir do disposto	

<p>redação, ratificando-a ou retificando-a, e fazendo o respectivo ajuste nos citados itens, se for o caso</p>	<p>8.3.1.11.</p>	<p>nos itens 8.3.1.17 e 8.3.8 do TR, cujas redações foram mantidas de acordo com o texto original do TR.</p> <p>8.3.1.11. A Coordenação de Infraestrutura de TI do Prodaseen disponibilizará 2 (dois) servidores físicos já existentes e instalados no Data Center do PRODASEN (sala cofre), os quais ficarão dedicados ao atendimento da solução, objeto desta contratação, assim como a instalação do sistema operacional Windows Server 2022 nesses servidores, a configuração do acesso à internet dos servidores, a configuração da rede interna do Senado para permitir a comunicação entre impressoras e servidores, e disponibilizará o acesso aos servidores para a Contratada fazer a instalação do software Equios. Em até 3 (três) dias úteis, a partir da disponibilização dos servidores, devidamente configurados, a COINTI/PRODASEN comunicará a Contratada, por meio do SERMAN/PRODASEN, para proceder, em dia e hora previamente agendados, a instalação e configuração das interfaces de rede nas impressoras CTP na SEGRAF e do software Equios nos</p>	
--	------------------	---	--

		<p>servidores na sala cofre e nas estações de trabalho na SEGRAF;</p> <p>8.3.1.15. A Contratada terá um prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a partir da ciência da notificação a ser feita pelo SERMAN/PRODASEN, com o respectivo agendamento, para concluir os procedimentos de instalação e configuração do software e das interfaces de rede e até 2 (dois) dias úteis após a instalação do software para a realização de testes;</p> <p>8.3.1.17. Os fiscais do contrato terão um prazo de até 10 (dez) dias úteis, a partir da conclusão dos procedimentos feitos pela Contratada (item 8.3.1.11), para realizar testes operacionais com o objetivo de verificar a comunicação adequada entre servidores, impressoras CTP, estações de trabalho e com a infraestrutura de rede local do Senado Federal, visando assegurar o pleno funcionamento da solução de impressão, objeto desta contratação;</p> <p>8.3.8. Após entrega do item 8.3.1.15, os fiscais do contrato realizarão, pelo prazo de até 10 (dez) dias úteis, realizarão testes operacionais na</p>	
--	--	---	--

		solução, além dos testes iniciais da solução feitos obrigatoriamente pela Contratada, a fim de identificar a correta entrega dos itens e funcionamento da solução como um todo.	
NOTA COATC nº 11			
Pede-se ao PRODASEN para retificar o item 8.3.1.19, que está em contradição com o item 9 do TR (que dispõe sobre as condições de recebimento de cada item do objeto), quando diz que “após a entrega completa da solução de impressão CTP, será realizado seu aceite provisório.		<p>Texto original: “8.3.1.19. Após a entrega completa da solução de impressão CTP, objeto deste Termo de Referência, será realizado seu aceite provisório;”</p> <p>Texto ajustado: “8.3.1.19. Após a conclusão satisfatória dos testes operacionais citados no item 8.3.1.17 e a comprovação do pleno funcionamento técnico da solução de impressão, objeto deste Termo de Referência, será realizado seu aceite provisório, observado o disposto no item 9, especialmente quanto às condições de conformidade e prazo para emissão do termo de recebimento provisório.”</p>	
NOTA COATC nº 12			
Tendo em vista o disposto no item 8.3.2.6 e 8.3.2.11, que dispõe que as licenças deverão ser emitidas em nome do Senado Federal, pede-se que o PRODASEN	8.3.2.4.2.4.	8.3.2.4.2.4. As licenças deverão ser emitidas em nome do Senado Federal;	

ajuste o item 8.2.2.4.2.4 do TR			
NOTA COATC nº 13			
Pede-se ao PRODASEN para verificar, ratificar ou retificar a redação destacada, fazendo o respectivo ajuste no TR, item 8.3.2.12	8.3.2.12.	<p>Texto original: “8.3.2.12. Em um prazo de até 10 (dez) dias úteis do recebimento item 8.3.1.15, os fiscais do contrato realizarão testes operacionais para verificar a aderência dos componentes de software aos termos deste documento;”</p> <p>Texto ajustado: “8.3.2.12. Em um prazo de até 10 (dez) dias úteis do recebimento da conclusão dos procedimentos previstos no item 8.3.1.15, os fiscais do contrato realizarão testes operacionais para verificar a aderência dos componentes de software aos termos deste documento;”</p>	
NOTA COATC nº 14			
Pede-se ajustar a redação do item 8.3.3.1.1.1 do TR, para compatibilizá-la com o disposto no caput desta Cláusula).	8.3.3.1.1.1.	<p>Texto original: “8.3.3.1.1.1. A prestação do serviço de suporte técnico ao software terá início a partir do aceite definitivo das 2 (duas) interfaces de rede, cabos e conexões (Item 1, Anexo I, deste TR) e das 2 (duas) licenças do software (Item 2, Anexo I, deste TR);”</p>	

		<p>Texto ajustado: “8.3.3.1.1.1. A CONTRATADA deverá prestar o serviço de suporte técnico ao software (parcelas servidor e cliente) durante 12 (doze) meses, a partir do recebimento definitivo das 2 (duas) interfaces de rede, cabos e conexões (item 1) e das 2 (duas) licenças do software (item 2), previstos no item 9.1;</p>	
NOTA COATC nº 15			
<p>I - O chamado técnico para o funcionamento inadequado do software, que leve a paralisação parcial ou total das atividades CTP, será feito pela SEGRAF conforme os procedimentos descritos nos parágrafos Décimo Terceiro a Vigésimo Primeiro desta Cláusula. Nota ao Órgão Técnico 15: Pede-se avaliar a pertinência do trecho destacado em amarelo e, manifestar-se, em caso de necessidade de alteração.</p>		<p>O trecho destacado em amarelo é pertinente e não há necessidade de alteração.</p>	.
NOTA COATC nº 16			
<p>Pedimos que o PRODASEN avalie possível contradição entre o disposto no Parágrafo Sétimo e no inciso II, acima, no que se refere aos órgãos que a CONTRATADA deverá agendar o atendimento, visando evitar problemas na execução do contrato. Caso necessário, fazer o ajuste no TR.</p>		<p>Com o objetivo de clarear o entendimento dos itens correspondentes e evitar contradições, foram reescritos os itens: 8.3.3.1.8 e 8.3.3.1.10.</p>	

		<p>Textos ajustados: “8.3.3.1.8. Caso a resolução dos problemas não possa ser realizada remotamente, a Contratada deverá arcar com todos os custos de deslocamento do técnico responsável e acionar o agendamento do atendimento presencial junto à SERMAN/PRODASEN. A SERMAN será responsável por acionar os setores competentes conforme a natureza do atendimento: a COINTI/PRODASEN, quando se tratar da parcela servidor, e/ou a SEGRAF, quando se tratar da parcela cliente. É importante destacar que, dependendo da complexidade do atendimento, poderá ser necessário o acesso simultâneo ou concomitante aos ambientes correspondentes às duas parcelas (servidor e cliente), cabendo à Contratada considerar essa possibilidade no planejamento da visita.”</p> <p>“8.3.3.1.10 Nos atendimentos presenciais realizados pela Contratada, o agendamento deverá</p>	
--	--	---	--

		<p>ser coordenado pela SERMAN/PRODASEN, conforme disposto no item 8.3.3.1.8 deste Termo de Referência. A SERMAN/PRODASEN acionará tanto a COINTI quanto a SEGRAF, conforme a natureza do atendimento, garantindo que ambos os setores tenham servidores de sobreaviso disponíveis para apoiar o técnico ou fornecer acesso remoto durante a visita, quando necessário;</p>	
NOTA COATC nº 17			
<p>PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Os chamados técnicos realizados por razões relativas ao funcionamento inadequado do software (parcelas servidor e cliente), que levem à paralisação parcial ou total das atividades CTP, serão feitos pela SEGRAF, através de ligação para o ramal 2000 do Senado Federal. Os atendentes do 2000 farão a comunicação do chamado ao Serviço de Relacionamento com Mantenedores (SERMAN) para acionamento da CONTRATADA; Nota ao Órgão Técnico 17: Aparentemente, a redação destacada, que consta do item 8.3.5.1 do TR, diz respeito a um procedimento interno do SENADO, não</p>	8.3.5.1	<p>A redação do item 8.3.5.1 do TR teve a intenção de explicitar a fase inicial do chamado técnico a ser feito pelo demandante da contratação em tela quando for necessário. O intuito foi diferenciar de outros tipos de chamados técnicos em que o usuário interno se comunica diretamente com a empresa contratada. O OT acha por bem manter a redação dessa forma.</p> <p>8.3.5.1. Os chamados técnicos realizados por razões relativas ao funcionamento inadequado, tanto do software (parcelas servidor e cliente), como das interfaces de rede, que</p>	

<p>atinente à CONTRATADA. Pedimos informar se a redação do contrato deve ficar dessa forma ou se alguma informação deve ser suprimida ou reescrita.</p>		<p>levem à paralisação parcial ou total das atividades CTP, serão feitos pela SEGRAF, através de ligação para o ramal 2000 do Senado Federal. Os atendentes do 2000 farão a comunicação do chamado ao Serviço de Relacionamento com Mantenedores (SERMAN/PRODASEN) para acionamento da Contratada;</p>	
NOTA COATC nº 18			
<p>PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A CONTRATADA deverá disponibilizar canal para abertura de ordens de serviço, preferencialmente, por e-mail, e como segunda opção um sistema próprio da CONTRATADA que seja acessível pela Internet para registro de chamadas ao suporte técnico. PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A CONTRATADA deverá fornecer serviço de suporte técnico mediante abertura de chamado técnico via e-mail, preferencialmente, encaminhado pelo SERMAN, constando o número da ocorrência, hora, data e as informações seguintes: Nota ao Órgão Técnico 18: Pedimos avaliar a pertinência de se unificar a redação dos parágrafos décimo quinto e décimo sexto, que constam dos itens 8.3.5.3 e 8.3.5.4 do TR.</p>	<p>Unificação dos itens: 8.3.5.3 e 8.3.5.4 Alteração: 8.3.5.3 – Criação: de 8.3.5.3.1. a 8.3.5.3.5. Excluídos: de 8.3.5.4 a 8.3.5.4.4 Renumerados: de 8.3.5.5. a 8.3.5.8.3</p>	<p>Texto ajustado: “8.3.5.3. Excluído 8.3.5.4.–Excluído 8.3.5.4.1. Excluído; 8.3.5.4.2. Excluído; 8.3.5.4.3. Excluído; 8.3.5.4.4. Excluído. 8.3.5.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar canal para abertura de chamados técnicos e abertura das ordens de serviço correspondentes, preferencialmente por e-mail (encaminhado pelo SERMAN) ou, como segunda opção, por meio de um sistema próprio acessível via Internet. Os chamados deverão conter obrigatoriamente as seguintes informações:</p>	

		<p>8.3.5.3.1. Número da ocorrência, data e hora do registro;</p> <p>8.3.5.3.2. Modalidade de atendimento (presencial ou remoto);</p> <p>8.3.5.3.3. Local da intervenção (estações de trabalho da SEGRAF ou servidores na sala cofre do Prodasen);</p> <p>8.3.5.3.4. Descrição detalhada da anormalidade observada;</p> <p>8.3.5.3.5. Nome e contato do responsável pela solicitação.”</p>	
NOTA COATC nº 19			
<p>a) Caso haja alguma glosa a ser aplicada em função do descumprimento do IMR, a CONTRATADA será comunicada e terá até 5 dias úteis após essa comunicação para apresentar a justificativa. Nota ao Órgão Técnico 19: Pede-se ao OT para avaliar a sugestão de redação proposta em amarelo. Se for o caso, fazer o ajuste no item 8.3.5.8.3 do TR. Ainda, pedimos definir qual o prazo para que a CONTRATADA apresente mensalmente o relatório dos chamados para análise do SENADO, conforme previsto no caput do §20º, que deve ser compatibilizado com o prazo do recebimento definitivo (até o 5º dia útil do mês subsequente ao período de 30 dias de</p>	<p>Item renumerado (número anterior do item 8.3.5.8.3; número novo 8.3.5.7.3)</p>	<p>A sugestão de redação proposta foi aceita.</p> <p>8.3.5.8.3. 8.3.5.7.3. De posse do Relatório dos Chamados finalizados no mês, os fiscais verificarão se existe algum ajuste no pagamento e autorizarão a emissão da Nota Fiscal. Caso haja algum alguma desconto glosa, a CONTRATADA será comunicada e terá até 5 dias úteis após essa comunicação para apresentar a justificativa. Após análise dessa</p>	

serviços prestados) previsto no § 21º desta Cláusula.	<p>8.3.5.7.3</p> <p>9.2.1</p>	<p>justificativa, os fiscais do Contrato indicarão se essa foi aceita. Caso seja indeferida, a CONTRATADA emitirá a Nota Fiscal com o valor ajustado.</p> <p>8.3.5.7.3. De posse do Relatório dos Chamados finalizados no mês, os fiscais verificarão se existe algum ajuste no pagamento e autorizarão a emissão da Nota Fiscal. Caso haja alguma glosa, a CONTRATADA será comunicada e terá até 5 (cinco) dias úteis após essa comunicação para apresentar a justificativa. Após análise dessa justificativa, os fiscais do Contrato indicarão sua aceitação ou rejeição. Em caso de não apresentação de justificativa pela CONTRATADA no prazo estipulado ou indeferimento da justificativa apresentada, a CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal com o valor ajustado conforme a(s) glosa(s) aplicada(s) pela CONTRATANTE.</p> <p>9.2.1. Efetivada a prestação dos serviços, será emitido, mensalmente, por servidor ou comissão designada para este fim, até o 15º dia útil subsequente ao período de 30 (trinta) dias de serviços prestados, termo detalhado que comprove o</p>	
---	-------------------------------	---	--

		atendimento das exigências contratuais.	
NOTA COATC nº 20			
Nas tabelas à Clausula Décima, constam apenas prazos de resolução e não de resposta. Pede-se avaliar a redação e, se for o caso, ajustar o item 8.3.4.2 do TR		<p>Os prazos estipulados no item 8.3.4.2 são de resposta e resolução</p> <p>8.3.4.2. Os prazos para a resposta e resolução de problemas de mau funcionamento das interfaces de rede estão definidos no Anexo III deste Termo de Referência e reproduzidos a seguir:</p> <p>8.3.4.2.1. No caso de mal funcionamento das interfaces de rede, instaladas nas impressoras CTP, que venha a inviabilizar completamente a operação dessas mesmas 2 (duas) impressoras: o prazo será de até 25 (vinte e cinco) horas úteis, <i>contados a partir da comunicação do chamado à Contratada feito pelo Senado Federal, para o restabelecimento do pleno funcionamento</i> de, pelo menos, 1 (uma) das interfaces, incluindo, se necessário, a substituição por uma nova interface;</p>	

		<p>8.3.4.2.2. No caso de mal funcionamento da interface de rede que inviabilize apenas uma das impressoras CTP: o prazo será de até} 50 (cinquenta) horas úteis, <i>contados a partir da comunicação do chamado à Contratada feito pelo Senado Federal, para o restabelecimento do pleno funcionamento da interface defeituosa</i>, incluindo, se necessário, a substituição por uma nova interface;</p>	
NOTA COATC nº 21			
<p>I - no caso de mau funcionamento das interfaces de rede, instaladas nas impressoras CTP, que venha a inviabilizar completamente a operação dessas mesmas 2 (duas) impressoras, o prazo será de até 36 (trinta e seis) horas corridas, contados a partir da comunicação do chamado à CONTRATADA feito pelo SENADO, para o restabelecimento do pleno funcionamento de, pelo menos, 1 (uma) das interfaces, incluindo, se necessário, a substituição por uma nova interface; Nota ao Órgão Técnico 21: O prazo destacado em amarelo está divergente com o constante na tabela do IMR à Cláusula Décima. Pede-se que o PRODASEN efetue a compatibilização no TR.</p>		<p>O prazo foi ajustado e compatibilizado com o IMR – Anexo III:</p> <p>8.3.4.2.1. No caso de mal funcionamento das interfaces de rede, instaladas nas impressoras CTP, que venha a inviabilizar completamente a operação dessas mesmas 2 (duas) impressoras: o prazo será de até 25 (vinte e cinco) horas úteis, <i>contados a partir da comunicação do chamado à Contratada feito pelo Senado Federal, para o restabelecimento do pleno funcionamento de, pelo menos, 1 (uma) das interfaces</i>, incluindo, se</p>	

		necessário, a substituição por uma nova interface;	
NOTA COATC nº 22			
II - No caso de mau funcionamento da interface de rede que inviabilize apenas uma das impressoras CTP, o prazo será de até 72 (setenta e duas) horas corridas, contados a partir da comunicação do chamado à CONTRATADA feito pelo SENADO, para o restabelecimento do pleno funcionamento da interface defeituosa, incluindo, se necessário, a substituição por uma nova interface; Nota ao Órgão Técnico 22: O prazo destacado em amarelo está divergente com o constante na tabela do IMR à Cláusula Décima. Pede-se que o PRODASEN efetue a compatibilização no TR.		<p>O prazo foi ajustado e compatibilizado com o IMR – Anexo III:</p> <p>8.3.4.2.2. No caso de mal funcionamento da interface de rede que inviabilize apenas uma das impressoras CTP: o prazo será de até} 50 (cinquenta) horas úteis, <i>contados a partir da comunicação do chamado à Contratada feito pelo Senado Federal, para o restabelecimento do pleno funcionamento da interface defeituosa</i>, incluindo, se necessário, a substituição por uma nova interface;</p>	
NOTA COATC nº 23			
E no caso de suporte técnico às interfaces de rede, como essa se dará? O disposto neste parágrafo também se aplica às interfaces de rede, ou ele deve ser deslocado para a Cláusula Sétima, que tratado software. Note que na Cláusula Sétima já há disposições distintas – sem abertura de ordem de serviço -, para suporte técnico ao software. Portanto,		<p>Inicialmente, um esclarecimento quanto à terminologia: No caso das interfaces de rede, o serviço a ser prestado será de assistência técnica, não de suporte técnico como no caso do software.</p> <p>Os procedimentos descritos no TR nos itens a seguir dizem respeito ao suporte de software e ao serviço de</p>	

<p>pede-se avaliar esta nota em conjunto com o procedimento de suporte técnico ao software, Cláusula Sétima</p>	<p>8.3.5.2</p>	<p>assistência técnica para as interfaces de rede.</p> <p>A emissão de ordem de serviço pelo SERMAN, correspondente ao chamado técnico registrado, será necessária para os dois serviços: suporte técnico ao software e assistência técnica para as interfaces de rede</p> <p><i>8.3.5. Das disposições gerais relativas aos serviços de suporte técnico ao software (parcelas servidor e cliente) e assistência técnica para as interfaces de rede:</i></p> <p>8.3.5.1. Os chamados técnicos realizados por razões relativas ao funcionamento inadequado, <i>tanto do software (parcelas servidor e cliente), como das interfaces de rede</i>, que levem à paralisação parcial ou total das atividades CTP, serão feitos pela SEGRAF, através de ligação para o ramal 2000 do Senado Federal. Os atendentes do 2000 farão a comunicação do chamado ao Serviço de Relacionamento com Mantenedores (SERMAN/PRODASEN) para acionamento da Contratada;</p> <p>Alteração no item:</p>	
---	----------------	---	--

		8.3.5.2. <i>A ordem de serviço será emitida pelo SERMAN - Serviço de Relacionamento com Mantenedores, da Coordenação de Atendimento do PRODASEN e entregue à CONTRATADA sempre que houver necessidade tanto de suporte técnico ao software como de assistência técnica às interfaces de rede;</i>	
NOTA COATC nº 24			
Pedimos avaliar a pertinência de se unificar a redação dos parágrafos novo e décimo, que constam dos itens 8.3.5.3 e 8.3.5.4 do TR		É pertinente a unificação. A nova redação decorrente da unificação dos itens 8.3.5.3 e 8.3.5.4 do TR foi feita em resposta à nota da COATC nº 18	
NOTA COATC nº 25			
II - Local onde a manutenção deverá ser prestada: nas estações de trabalho da SEGRAF ou nos servidores da sala cofre do PRODASEN; Nota ao órgão Técnico 25: A informação destacada é pertinente às interfaces de rede (item 2) também ou somente para o software (item 1)		Não. Somente para o software (item 1). Como a Cláusula Oitava trata do serviço de assistência técnica das interfaces de rede, a SEGRAF é o local onde o serviço de assistência será prestada. As interfaces de rede serão instaladas nas impressoras CTP, localizadas aa SEPIND/SEGRAF. No caso das licenças de software, os locais de instalação serão a SEGRAF (sala onde ficam os computadores (estações de trabalho) – chamado de parcela cliente do software) e na sala cofre do ProdaseN, onde serão	

		<p>instaladas nos computadores (servidores) – parcela servidor do software.</p> <p>Quando um chamado técnico for aberto pela SEGRAF, demandante da solução que inclui interfaces de rede, software, serviços de suporte ao software e de assistência técnica para as interfaces de rede, a resolução do problema pode envolver as interfaces de rede ou o software, o que pode exigir da Contratada, quando for suporte presencial, ter acesso simultâneo ou concomitante às dependências da SEGRAF, assim como à sala cofre do Prodasen para resolver o chamado. Sendo assim, em resposta à nota COATC Nº 16, fizemos alterações nos itens 8.3.3.1.8 e 8.3.3.1.10 do TR.</p> <p>8.3.3.1.8. Caso a resolução dos problemas não possa ser realizada remotamente, a Contratada deverá arcar com todos os custos de deslocamento do técnico responsável e acionar o agendamento do atendimento presencial junto ao</p>	
--	--	---	--

		<p>SERMAN/PRODASEN. O SERMAN será responsável por acionar os setores competentes conforme a natureza do atendimento: a COINTI/PRODASEN, quando se tratar da parcela servidor, e/ou a SEGRAF, quando se tratar da parcela cliente. É importante destacar que, dependendo da complexidade do atendimento, poderá ser necessário o acesso simultâneo ou concomitante aos ambientes correspondentes às duas parcelas (servidor e cliente), cabendo à Contratada considerar essa possibilidade no planejamento da visita.</p>	
NOTA COATC nº 26			
<p>Pede-se definir qual o prazo para que a CONTRATADA apresente mensalmente o relatório dos chamados para análise do SENADO, que deve ser compatibilizado com o prazo do recebimento definitivo (até o 5º dia útil do mês subsequente ao período de 30 dias de serviços prestados) previsto no §15º desta Cláusula</p>	8.3.5.7	<p>8.3.5.7. A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente um relatório dos chamados de suporte técnico e assistência técnica recebidos e serviços prestados em até 5 (cinco) dias úteis do encerramento do mês em questão, que servirá de base para o atesto dos serviços, e deverá indicar, no mínimo:</p>	

	8.3.5.7.1	8.3.5.7.1. Relação dos acionamentos ao suporte e assistência realizados dentro do mês, contendo os dias e horários de abertura, de atendimento da demanda, e fechamento do chamado;	
	8.3.5.7.2	8.3.5.8.2. 8.3.5.7.2. Valor estimado da fatura, considerado o cálculo dos níveis de serviço.	
	8.3.5.7.3	8.3.5.8.3. 8.3.5.7.3. De posse do Relatório dos Chamados finalizados no mês, os fiscais verificarão se existe algum ajuste no pagamento e autorizarão a emissão da Nota Fiscal. Caso haja alguma glosa, a CONTRATADA será comunicada e terá até 5 (cinco) dias úteis após essa comunicação para apresentar a justificativa. Após análise dessa justificativa, os fiscais do Contrato indicarão se essa foi aceita sua aceitação ou rejeição. <u>Em</u> caso de não apresentação de justificativa pela CONTRATADA no prazo estipulado ou indeferimento da justificativa apresentada, a CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal com o valor ajustado conforme a(s) glosa(s) aplicada(s) pela CONTRATANTE.-	

	9.2.1	<p>9.2. Para o Item 3 – Serviços de suporte Técnico para o software (parcela servidor e parcela cliente para 10 (dez) estações de trabalho).</p> <p>9.2.1. Efetivada a prestação dos serviços, será emitido, mensalmente, por servidor ou comissão designada para este fim, até o 15º dia útil subsequente ao período de 30 (trinta) dias de serviços prestados, termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.</p>	
NOTA COATC nº 27			
PARÁGRAFO SEGUNDO – O SENADO procederá, no período de até 10 (dez) dias úteis do aceite definitivo dos Itens 1 e 2, a abertura de Ordem de Serviço solicitando à CONTRATADA o início do treinamento dos colaboradores. Nota ao Órgão Técnico 27: Pede-se ajustar a redação destacada em amarelo no item 8.3.6.3 do TR)	8.3.6.3	Texto ajustado: “8.3.6.3. O Senado fará procederá, no período de até 10 (dez) dias úteis do aceite definitivo dos Itens 1 e 2, a abertura de Ordem de Serviço, solicitando à Contratada o início do treinamento dos colaboradores.	
NOTA COATC nº 28			
I - O SENADO e a CONTRATADA poderão deliberar a respeito da melhor data para início do treinamento operacional, desde que atendido o disposto no Parágrafo	8.3.6.4	Texto ajustado: “8.3.6.4. O Senado Federal e a Contratada poderão deliberar a respeito da melhor data	

Primeiro. Nota ao Órgão Técnico 28: Pede-se que o PRODASEN reavalie a adequação da redação que consta no item 8.3.6.4 do TR		para início do treinamento operacional, desde que sejam atendidas as condições previstas no item 8.3.6.2.	
NOTA COATC nº 29			
Informamos que nos itens 10 e 11 do TR não constam multa específica prevista para aplicação em caso de ser ultrapassado o limite máximo de glosa. Pede-se avaliar e fazer os devidos ajustes no TR	10	<p>10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual</p> <p>O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a contratada à aplicação de multa de mora, calculada sobre o valor da parcela adimplida com atraso, nos seguintes percentuais:</p> <p>10.1.1. 2% (dois por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;</p> <p>10.1.2. 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto) dia;</p> <p>10.1.3. 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia de atraso, a partir do 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo) dia.</p>	

	10.1.4	<p>10.1.4. Ultrapassado o limite máximo de ajuste no pagamento previsto no Instrumento de Medição de Resultados (IMR), aplicar-se-á, cumulativamente, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida do contrato, observando-se os critérios constantes naquele instrumento.</p> <p>10.1.5. As demais hipóteses e condições de aplicação de sanções deverão seguir as disposições constantes da minuta-padrão de edital.</p>	
Recomendação COPEL nº 01			
Verificou-se que não há, no Termo de Referência, justificativa para o critério de julgamento adotado. Assim, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 7º do Anexo III do ADG nº 14/2022, entende-se necessária a inclusão da referida justificativa.	2.4.1.1	2.4.1.1. O critério “menor preço” é o mais adequado em virtude de o objeto não apresentar complexidade técnica significativa para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, considerando tratar-se da aquisição de uma solução integrada de software e hardware para gerenciamento de equipamentos CTPs (Computer to Plate), passível de avaliação objetiva quanto ao cumprimento das exigências	

		técnicas, sem a necessidade de ponderação subjetiva de outros fatores, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa com base no menor dispêndio de recursos. Além disso, não existem preços tabelados para o objeto, nem será fixado o valor da contratação, não sendo cabível a aplicação do critério “maior desconto”.	
Recomendação COPEL nº 02			
om relação as regras para realização da vistoria, mais especificamente item 3.1.2 (Termo de Referência) e item 3.1 (Minuta de edital), recomenda-se que o órgão técnico avalie a possibilidade de reduzir a antecedência mínima para a realização da vistoria técnica de 2 (dois) dias úteis para 1 (um) dia útil, contado da data marcada para a abertura da sessão pública. Tal medida visa conceder mais tempo aos licitantes, ampliando a possibilidade de realização de vistoria aos interessados, dentro do prazo legal de divulgação do edital.	3.1.2	<p>Este OT entende que ser possível essa redução para o mínimo de um dia útil de antecedência para o agendamento e realização da vistoria técnica.</p> <p>3.1.2. É facultado à licitante interessada em participar do Pregão decorrente deste TR, mediante prévio agendamento junto à Secretaria de Editoração e Publicações - SEGRAF do Senado Federal, realizar vistoria técnica, com antecedência mínima de 2 1 (um) dia útil contado da data marcada para a sessão pública, para conhecer as instalações.</p>	
Recomendação COPEL nº 03			

<p>Com relação à alínea “a” do item 12.3.1.1 da minuta de edital, questiona-se ao órgão técnico se poder-se-ia guardar identidade, e não, similaridade, com objeto da contratação tal comando. Nesses termos, cita-se o Acórdão TCU 1.567/2018 – Plenário: “Caracteriza restrição à competitividade da licitação a exigência, como critério de habilitação, de atestado de qualificação técnica comprovando experiência em tipologia específica de serviço, salvo se imprescindível à certeza da boa execução do objeto e desde que devidamente fundamentada no processo licitatório”. Grifou-se. Portanto, recomenda-se também que tal situação seja esclarecida nos autos e/ou que seja verificado se a justificativa constante do item 3.2 do TR está devidamente fundamentada para a exigência de “equipamentos de gravação de chapas CTPs Screen, modelo PT-R 8600 SL”, a fim de atender à jurisprudência da Corte de Contas.</p>	<p>3.2.2.1.1.1</p>	<p>Este OT entende que o caminho para permitir a maior participação de empresas com competência técnica comprovada para a execução do objeto seria a exigência da compatibilidade técnica e/ou similaridade. As licitantes que comprovarem a prestação de serviços similares e/ou compatíveis com o objeto da contratação, dentro das regras expostas no TR, estarão aptas a submeter seus atestados de capacidade técnica para análise.</p> <p>Os itens do TR (3.2.2, 3.2.2.1.1, alíneas “a” e “b” e 3.2.2.1.1.1), explicam o contexto do atestado de capacidade técnica e justificam a sua necessidade.</p> <p>3.2.2.1.1.1 Justificativa para a exigência de Atestado de Capacidade Técnica</p> <p>A exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica pelas licitantes se justifica pelas especificidades técnicas e operacionais do objeto da presente contratação, que não visa à substituição dos equipamentos de gravação de chapas CTP (Computer to Plate) do modelo Screen PT-R 8600 SL, atualmente em</p>	
--	--------------------	---	--

		<p>uso na SEGRAF-SF, mas sim à aquisição de uma solução integrada de software de gerenciamento, interfaces de rede, serviços de suporte técnico e treinamento, voltada à operação eficiente e contínua desses equipamentos.</p> <p>Os componentes da solução a ser contratada incluem:</p> <ul style="list-style-type: none">• Software de gerenciamento de impressão, responsável por controlar e coordenar as impressoras CTP e as atividades de gravação de chapas;• Interfaces de rede para conexão entre os equipamentos CTP, os servidores de impressão e as estações de trabalho da SEGRAF-SF;• Serviços de suporte técnico especializados para o software de gerenciamento (Equios);• Assistência técnica para as interfaces de rede;	
--	--	--	--

		<ul style="list-style-type: none">• Treinamento operacional para os usuários da solução. <p>A exigência de experiência técnica específica com o modelo PT-R 8600 SL da fabricante Screen decorre da necessidade de compatibilidade total e validada entre os componentes da solução contratada e os equipamentos CTP já existentes no parque gráfico da SEGRAF e em utilização há mais de uma década. Tratam-se de duas unidades de gravação de chapas CTPs Screen com alto valor de mercado (aproximadamente 2 milhões de reais cada uma das duas unidades em uso), que estão em excelente estado de conservação e, devido a estarem assistidas por serviços de manutenção preventiva e corretiva contínua, têm a sua vida produtiva estimada em, aproximadamente, mais uma década. Esses equipamentos operam com interfaces, protocolos de comunicação e rotinas proprietárias, cuja manipulação segura e eficiente exige domínio técnico específico.</p>	
--	--	---	--

		<p>Essa necessidade foi amplamente demonstrada pela experiência institucional da SEGRAF. Em 2018, ao realizar uma licitação para manutenção dos mesmos equipamentos sem exigir certificação ou experiência específica, o resultado foi insatisfatório: o contrato resultante apresentou falhas operacionais, interrupções prolongadas e dificuldades de suporte técnico, comprometendo a produção gráfica do Senado. Diante disso, o contrato não foi renovado, a fim de que se firmasse outro que atendesse satisfatoriamente os requisitos técnicos.</p> <p>Por outro lado, no contrato (CT 94/2020) de manutenção dos equipamentos CTP da SEGRAF, cuja vigência se encerrará em 2025, a adoção dessa exigência contribuiu para a execução satisfatória do objeto, sem intercorrências técnicas, o que evidencia a eficácia e razoabilidade da exigência.</p> <p>Destacam-se, portanto, os seguintes fundamentos:</p>	
--	--	---	--

		<ul style="list-style-type: none">• Compatibilidade e interdependência funcional: A operação dos equipamentos CTP depende da plena integração entre software, hardware e infraestrutura de rede. A ausência de integração plena pode comprometer a produção gráfica legislativa, resultando em paralisações, perda de qualidade ou falhas críticas em processos de impressão offset.• Conhecimento técnico especializado: A instalação e manutenção da solução integrada exigem capacitação específica no modelo PT-R 8600 SL. A complexidade e sensibilidade desses equipamentos, aliadas à evolução tecnológica entre modelos e marcas, impedem a generalização da experiência. Esse conhecimento, conforme demonstrado pelo uso contínuo e consolidado do sistema atual, somente pode ser atestado mediante experiência prática.• Complexidade e risco do objeto: Dada a criticidade dos serviços gráficos prestados pela SEGRAF ao Senado Federal e o papel central dos equipamentos CTP nesse	
--	--	--	--

		<p>processo, a contratação de empresa sem experiência específica com esse modelo representa risco de comprometimento da operação. A solução precisa garantir continuidade operacional, interoperabilidade e suporte imediato, evitando qualquer descontinuidade no fluxo produtivo.</p> <ul style="list-style-type: none">• Experiência empírica consolidada: Técnicos certificados pela própria fabricante foram, historicamente, os únicos que demonstraram domínio integral do sistema, prestando serviços com segurança, eficácia e confiabilidade. A exigência evita a contratação de empresas sem preparo técnico adequado.• Proporcionalidade e mercado disponível: Ainda que o mercado gráfico especializado seja restrito, existem profissionais e empresas com expertise no modelo exigido, aptos a participar do certame. A exigência, portanto, não compromete a competitividade, mas apenas restringe a participação àquelas empresas realmente capacitadas, conforme o interesse	
--	--	---	--

		público e os princípios da isonomia e vantajosidade.	
Recomendação COPEL nº 04			
<p>Ainda no que se refere à exigência de capacidade técnica, tem-se que a experiência pretérita a ser comprovada envolve três parcelas: instalação, manutenção e configuração. Como, salvo melhor juízo, apenas a parcela relativa à manutenção se estende no tempo, a exigência de comprovação do lapso temporal mínimo de 12 (doze) meses deve ser exclusiva a ela. Se assim for, sugere-se a seguinte redação para a alínea “b” do item 12.3.1.1 da minuta de edital: b. Para a comprovação do lapso temporal estabelecido no subitem 12.3.1.1 (12 meses), que se refere exclusivamente à parcela “manutenção”, será admitido o somatório de atestados de capacidade técnica, desde que se refiram a períodos consecutivos e não concomitantes.</p>	3.2.2.1.1	<p>Foi feita uma alteração na alínea “a” do item 3.2.2.1.1 do TR para apenas a parcela manutenção seja exigida, a qual se estende no lapso temporal mínimo exigido de 12 meses. O OT entende que o conhecimento necessário para a prestação de serviço de manutenção já engloba os conhecimentos de instalação e configuração do software de gerenciamento de equipamentos de gravação de chapas.</p> <p>3.2.2.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante prestou, a contento, por período não inferior a 12 (doze) meses consecutivos, serviços que tenham compatibilidade e/ou similaridade com o objeto licitado.</p> <p>a) Quanto às características, considera-se compatível e/ou similar a execução de serviços serviço de instalação, manutenção e configuração de software de gerenciamento de equipamentos de gravação de chapas CTPs Screen, modelo PT-R 8600 SL</p>	

		<p>(utilizados na SEGRAF) ou superior, não necessariamente com as exatas especificações de execução estabelecidas no Anexo I deste TR.</p> <p>Em relação à sugestão da COPEL, quanto à redação do item 12.3.1.1 da minuta de edital, este OT sugere que se mantenha a redação original sugerida pela COATC, em função da alteração promovida para essa recomendação da COPEL:</p> <p>b. Para a comprovação do lapso temporal estabelecido no subitem 12.3.1.1 (12 meses) será admitido o somatório de atestados de capacidade técnica, desde que se refiram a períodos consecutivos e não concomitantes.</p>	
Recomendação COPEL nº 05			
Questiona-se também ao órgão técnico se será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação das diferentes parcelas qualitativas (instalação, manutenção e configuração). Em caso positivo, recomenda-se que tal regramento seja expressamente previsto na minuta de edital. Em caso negativo, o Termo de		Após a alteração promovida no TR descrita abaixo, será admitido o somatório de atestados, por período não inferior a 12 (doze) meses consecutivos relacionados a atividade de manutenção do software de gerenciamento de equipamentos de	

Referência deverá conter justificativa para a vedação, que também deverá estar explícita na minuta de edital.	3.2.2.1.1.	<p>gravação de chapas de chapas CTPs Screen, modelo PT-R 8600 SL.</p> <p>3.2.2.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante prestou, a contento, por período não inferior a 12 (doze) meses consecutivos, serviços que tenham compatibilidade e/ou similaridade com o objeto licitado.</p> <p>a) Quanto às características, considera-se compatível e/ou similar a execução de serviços de manutenção de software de gerenciamento de equipamentos de gravação de chapas CTPs Screen, modelo PT-R 8600 SL (utilizados na SEGRAF) ou superior, não necessariamente com as exatas especificações de execução estabelecidas no Anexo I deste TR.</p>	
Recomendação COPEL nº 06			
As especificações constantes dos Anexos 1 e 2 da minuta de edital contêm em sua descrição (itens 1 e 2) marcas específicas, a exemplo: "(...) interface de rede para conexão dos equipamentos CTPs à rede Ethernet, modelo SCREEN EP-B101 (PIF Ethernet Converter Box); Licença perpétua do software de Workflow Screen Equios		Conforme solicitado, seguem as justificativas inseridas no TR para indicação de marca específica na contratação dos itens 1 e 2 (Anexo I) da contratação em tela.	

<p>completo”. Caso realmente o intuito seja estipular marcas específicas obrigatórias a serem fornecidas, é necessário que conste do Termo de Referência justificativa técnica robusta, com base no art. 41, I, “c”, da Lei nº 14.133/2021</p>	<p>1.2.1.2.1.1.</p>	<p>1.2.1.2.1.1. Justificativa para a indicação da marca SCREEN – Software Equios</p> <p>A contratação em tela refere-se à aquisição de licenças perpétuas do software SCREEN Equios, solução de gerenciamento e envio de trabalhos para sistemas térmicos de gravação de chapas CTP (Computer to Plate), fabricados pela empresa japonesa SCREEN Graphics Solutions. As licenças são destinadas à operação conjunta com os equipamentos CTP SCREEN PT-R 8600 SL já instalados e em pleno funcionamento na SEGRAF.</p> <p>A justificativa para a indicação da marca SCREEN decorre das seguintes razões técnicas, operacionais e econômicas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Compatibilidade Exclusiva com os Equipamentos Existentes <p>O software Equios é a solução no mercado com total compatibilidade com as impressoras CTP da marca SCREEN atualmente em uso na SEGRAF. Estas impressoras</p>	
--	---------------------	---	--

		<p>estão em perfeito estado de funcionamento e têm alto valor de mercado (cerca de R\$ 2 milhões por unidade), sendo objeto de contrato vigente de manutenção. A substituição dos equipamentos seria financeiramente inviável e tecnicamente injustificável, conforme atestado no ETP.</p> <p>2. Fabricante Único do Hardware e Software</p> <p>O Equios é desenvolvido pela mesma fabricante dos equipamentos CTP em utilização da SEGRAF, modelos PT_R 8600 SL, a SCREEN. Essa condição garante integração nativa com os equipamentos CTP, homologação e suporte oficial da fabricante, desempenho otimizado, integração estável e otimizada com os equipamentos CTP.</p> <p>3. Descontinuidade do Software Anterior e Continuidade Operacional</p>	
--	--	---	--

		<p>O software atualmente utilizado (SCREEN Trueflow) foi descontinuado e se encontra sem suporte técnico ou atualizações disponíveis. A manutenção do uso dessa solução representa risco elevado de falhas, interrupções e vulnerabilidades de segurança, podendo comprometer toda a cadeia de produção gráfica do Senado. O software Equios, a ser adquirido por esta contratação, é o sucessor direto do Trueflow e oferece comunicação direta, sem necessidade de módulos adicionais ou adaptações externas.</p> <p>4. Aproveitamento de Conhecimento Técnico e Redução de Riscos</p> <p>A equipe técnica da SEGRAF possui amplo domínio sobre o ambiente e os fluxos de trabalho baseados no Trueflow, software antecessor do Equios. A adoção do Equios,</p>	
--	--	---	--

		<p>por manter a lógica operacional e a arquitetura da solução anterior, permite uma curva de transição mais curta, evitando interrupções na produção, reduzindo a necessidade de treinamento extensivo e mitigando riscos operacionais.</p> <p>5. Eficiência Econômica</p> <p>A contratação do software Equios representa solução economicamente racional, pois permite o aproveitamento da infraestrutura instalada. Alternativas que envolvam a substituição dos equipamentos CTP, de alto valor de mercado, seriam economicamente inviáveis. Enquanto a solução proposta restringe-se à aquisição de licenças, interfaces e serviços técnicos complementares. A medida protege investimentos públicos já realizados e reduz o custo total de propriedade (TCO) da solução.</p>	
--	--	---	--

		<p>Conclusão</p> <p>Com base nos levantamentos feitos no Estudo Técnico Preliminar (Item 17- Alternativas de mercado), NUP 0100.051404/2025-08, e neste Termo de Referência, concluiu-se que o software Equios é a solução mais adequada para o atendimento dos requisitos e necessidades da área de negócio, demandante da contratação em tela. O software Equios é plenamente compatível com os modelos PT-R 8600 SL da SCREEN, produzida pela mesma fabricante, sendo efetivamente capaz de garantir integração estável, suporte técnico contínuo, continuidade operacional com baixo risco e capacidade plena de atender as necessidades da CONTRATANTE (Plena compatibilidade; integração; continuidade; estabilidade; funcionalidade; segurança e pleno desempenho).</p> <p>1.2.1.2.4.1. Justificativa para a indicação da marca e modelo da interface de rede: SCREEN EP-B101 (PIF Ethernet Converter Box), descrita no Item 1 do Anexo I:</p>	
--	--	---	--

		<p>A presente contratação visa garantir a continuidade operacional da solução de impressão offset baseada em tecnologia CTP (Computer-to-Plate), utilizada pela SEGRAF do Senado Federal. A infraestrutura atual é composta por duas impressoras da marca Screen, modelo PT-R 8600 SL, cuja operação é crítica para a produção gráfica de alta tiragem.</p> <p>Conforme documentação técnica da fabricante (NUP 00100.103901/2025-91) e os termos do Estudo Técnico Preliminar (NUP 0100.051404/2025-08), as impressoras CTP da série PlateRite 8600 utilizam exclusivamente a interface de rede modelo SCREEN EP-B101 (PIF Ethernet Converter Box) como padrão de comunicação com os servidores de impressão. Essa interface é citada nominalmente nas especificações técnicas oficiais da fabricante como o único modelo compatível para integração via rede com esses dispositivos.</p> <p>Além disso, a EP-B101 é um componente desenvolvido</p>	
--	--	--	--

		<p>especificamente para operar com o protocolo proprietário das impressoras Screen. A substituição por equipamentos genéricos ou de outras marcas comprometeria gravemente a compatibilidade, podendo gerar instabilidade no envio de comandos, falhas no processo de gravação de chapas e até a paralisação do parque gráfico da Casa.</p> <p>O modelo EP-B101 é comercializado por múltiplos distribuidores, inclusive no mercado nacional, o que garante a observância ao princípio da competitividade, mesmo com a indicação da marca. Trata-se, portanto, de um caso que se enquadra perfeitamente na hipótese de exceção prevista no art. 41, inciso I, alínea "c" da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a indicação de marca quando se tratar de item comercializado por mais de um fornecedor e único capaz de atender às necessidades do contratante.</p> <p>Essa justificativa técnica encontra suporte adicional nos seguintes pontos:</p>	
--	--	---	--

		<ul style="list-style-type: none"> • Compatibilidade exclusiva confirmada por fabricante: a EP-B101 é indicada expressamente nos manuais e materiais técnicos oficiais como interface padrão para os modelos PlateRite 8600 e similares; • Suporte e garantia integrados: a adoção da interface original assegura a integridade do suporte técnico e das atualizações de software que integram a solução proposta, essencial para a confiabilidade e segurança operacional da SEGRAF. 	
Recomendação COPEL nº 07			
Em decorrência da inatividade do CATMAT informado para os itens 1 e 2, sugere-se o uso dos códigos abaixo: a. Item 1 – CATMAT 622840 – Descrição principal: Receptor / Decodificador – Sinais digitais b. Item 2 – CATSER 27464 – Descrição principal: Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Software para Servidor Importante destacar que os códigos acima são opções/sugestões, isto posto, o órgão técnico tem a liberdade para escolher	Anexo I, item 1 622840	<p>Interface de Rede.</p> <p>Dispositivo a ser utilizado para conexão dos equipamentos CTPs à rede ethernet, modelo SCREEN EP-B101 (PIF Ethernet Converter Box), incluindo cabos e adaptadores necessários à instalação da interface no equipamento CTP.</p>	

<p>qualquer outro código que achar apropriado, cuidando para que a unidade de fornecimento seja a mesma informada na minuta de edital. O acatamento das sugestões ou indicação de outros códigos deve ser atualizada no Termo de Referência e na minuta de edital.</p>	<p>Anexo I, item 2 27464</p>	<p>Software de gerenciamento de equipamentos de gravação de chapas CTP Screen.</p> <p>Licença perpétua do software de Workflow Screen Equios completo (parcela servidor e parcela cliente) para instalação em 10 (dez) estações de trabalho) e licenciado pelo fabricante, para gerenciamento e envio de impressão Offset para impressoras CTP, incluindo o serviço de instalação e configuração.</p>	
<p>Recomendação COPEL nº 08</p>			
<p>Ainda no que tange aos códigos CATMAT/CATSER, e adicionalmente à recomendação anterior, cumpre registrar que após conferência no sistema Compras.gov.br dos códigos informados na minuta de edital, constatou-se que para os itens 3 e 4 as unidades disponíveis no sistema não coincidem com aquelas constantes do Anexo 1 da minuta de edital. Dessa forma, com o intuito de evitar eventuais equívocos por parte das licitantes, recomenda-se acrescentar no Anexo 1 da minuta de edital (Termo de Referência), mais especificamente abaixo da tabela informativa de quantidades e preços estimados, a seguinte observação: “Em que pese constar do sistema</p>		<p>O OT entende que a observação a ser inserida será de responsabilidade da COATC. Se for necessário alterar o TR, estamos de acordo.</p>	

Compras.gov.br unidade distinta, para fins de formulação da proposta deverão ser consideradas as unidades de medida informadas na tabela acima, nos termos do item 1.1.1 deste edital”.			
---	--	--	--